



**CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS**  
**Ata da 6ª reunião, realizada em 29 de junho de 2017**

1 Em 29 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello  
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder  
6 público: Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de Estado de  
7 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Geraldo Vitor de Abreu, da  
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Diego Pessoa  
9 Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Fernando  
10 Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas  
11 Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);  
12 Enio Resende de Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
13 do Estado de Minas Gerais (Emater); Polyana Faria Pereira, do Instituto  
14 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).  
15 Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de  
16 Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira, Guilherme da Silva Oliveira e  
17 Mariana Pereira Ramos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de  
18 Minas Gerais (Faemg); Leonardo Fittipaldi Torga, da Associação dos Agentes  
19 Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social  
20 (Neoambiente); Lucas Amaral Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla);  
21 Otávio Gabriel Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
22 Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**  
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
24 **ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou  
25 aberta a 6ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. Homenagem  
26 póstuma a Eduardo Antônio Arantes do Nascimento. Presidente João Paulo  
27 Mello Rodrigues Sarmiento: “Hoje nós sentimos aqui a falta de um grande amigo,  
28 colega, companheiro e batalhador. Nós tivemos, como todos sabem, o  
29 falecimento do Eduardo Nascimento. Era uma pessoa que, com sua integridade  
30 e suas posições claras e firmes, aqui dentro da Câmara sempre trouxe muitos  
31 ganhos para nós. Ele trazia uma discussão muito aberta defendendo suas  
32 posições de uma forma muito objetiva e trazendo para nós realmente a  
33 realidade da agricultura familiar, dos produtores, dos trabalhadores rurais. Ele  
34 ficava sempre ali sentado à esquerda, a gente conversava muito. Então,  
35 realmente, para todos nós – como pessoa e como conselheiro – é uma perda  
36 muito significativa. Sempre com as posturas claras, ele defendendo essas  
37 posturas dele, mas sempre de uma forma muito ética. Ele sempre brindou muito

38 aqui este Conselho com suas posições. Então uma pessoa que realmente vai  
39 fazer muita falta. Nós já participamos do Conselho quando ele era da CPB, ele  
40 foi do Conselho de Administração do IEF, e nós já estamos nessa caminhada há  
41 mais de 20 anos vendo os debates dele. Ele sempre muito firme, mas com uma  
42 lealdade realmente muito clara. Ele não tinha meias-palavras, não tinha  
43 qualquer articulação fora do que ele colocava. Nós tivemos, inclusive, algumas  
44 experiências quando íamos a campo, aonde realmente as coisas estavam  
45 acontecendo. Várias vezes eu fui com ele, nós viajamos juntos, fizemos  
46 algumas ações de trabalho no campo, na Jaíba, em Setúbal, Peão. Ele  
47 acompanhou firmemente a questão dos trabalhadores com relação a Irapé. O  
48 Eduardo realmente era uma pessoa que abrilhantava muito as nossas reuniões.  
49 Ele não tinha meias-palavras, e isso é muito bom. Quando se está discutindo  
50 dentro de um foro, quanto mais claro e mais objetivo você for, melhor é, e mais  
51 a gente consegue construir, quando se coloca claramente. Então nós tivemos  
52 essa perda, foi uma surpresa para todos nós, mas ele continua, eu tenho  
53 certeza, aqui com a gente, acompanhando as nossas decisões e defendendo a  
54 postura dele e os trabalhadores rurais da forma sempre leal, firme e efetiva. O  
55 Marcio Lacerda – que é cunhado dele, e acho que a maioria nem sabia disso,  
56 porque ele jamais usou de qualquer artifício ou de qualquer articulação para  
57 realmente entrar na luta dele – estava contando que a luta dele começou  
58 quando ele abandonou a engenharia para defender alguns trabalhadores aqui  
59 em Belo Horizonte. Aí começou a luta dele. E cada vez mais ele se tornava uma  
60 pessoa extremamente importante para que realmente se conseguisse, dentro  
61 das políticas públicas, alguma igualdade social para populações mais  
62 desfavorecidas. Nesse minuto, eu peço um minuto de silêncio para ele.” Após a  
63 manifestação da Presidência, a Câmara prestou homenagem, com a  
64 observância de um minuto de silêncio, em virtude do falecimento de Eduardo  
65 Antônio Arantes do Nascimento, que representava a Federação dos  
66 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) neste  
67 Colegiado. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Agora, vida que  
68 segue. Vamos lá às nossas atribuições tendo ele como exemplo, realmente, de  
69 conselheiro, conselheiro efetivo. Não desmerecendo os demais, mas ele sempre  
70 foi efetivo naquela constante luta dele.” **3) COMUNICADOS DOS**  
71 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente João Paulo Mello  
72 Rodrigues Sarmiento: “Como todos os conselheiros sabem, já está em discussão  
73 a alteração da DN 74, e vai ter reuniões conjuntas da CAP com a CPB. Está ali  
74 um cronograma, em que vai ser apresentada a minuta para os conselheiros se  
75 manifestarem. Vai ser apresentada pelo grupo que está discutindo, então é  
76 fundamental a participação de todos para que possam se inteirar e manifestar.  
77 O Eduardo cobrava muito isso, e o Carlos Alberto cobra muito isso. Todos  
78 cobram, e realmente nós vimos que são mudanças fundamentais dentro do  
79 modelo de licenciamento ambiental, que afeta diretamente toda a estrutura do  
80 COPAM. Então anotem, por favor. É fundamental a presença de vocês. Vai ser

81 dado o primeiro conhecimento. Não é a reunião final, que será na CNR, mas é  
82 de apresentação que está sendo feita da primeira proposta.” Vânia Mara de  
83 Souza Sarmiento, da Assessoria dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Só  
84 lembrando que vai ser trazida para a Câmara a proposta da minuta. É uma  
85 apresentação, um tema a que não cabe vista. É uma apresentação que a  
86 SEMAD vai fazer para todas as Câmaras Técnicas. Vale lembrar que no dia 10  
87 será aberta a consulta pública, e a documentação vai estar toda disponibilizada  
88 no site. Então nós vamos trazer a proposta que foi trabalhada durante um tempo  
89 grande, também com o pessoal do interior, a equipe técnica e jurídica e outras  
90 instituições.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Senhor presidente, a  
91 respeito desse calendário, nós temos a dizer o seguinte. Revisão da DN 74,  
92 apresentação da minuta...” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento:  
93 “Como foi concebido, conselheiro: em vez de apresentar a cada Câmara, juntou  
94 as Câmaras que têm o mesmo presidente, que têm alguma interligação. Então  
95 vai ser apresentada. A consulta está sendo aberta, e vai ter um prazo para  
96 manifestação. Essa é só uma apresentação para todos terem ciência do que  
97 está ali. Em vez de também só colocar no site, friamente, vai estar aqui,  
98 apresenta e abre a discussão. E terão as novas ações a serem feitas. Esse é o  
99 primeiro momento para dar conhecimento e ciência a todos os conselheiros de  
100 qual é a proposta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O que eu  
101 gostaria de pontuar é o seguinte. Na DN 74, tem as listagens A, B, C, D, E, F e  
102 G. As atividades agrossilvipastoris estão na listagem G. A listagem A deve ser  
103 mineração, a B deve ser indústria, a C deve ser infraestrutura. Todas são  
104 atividades que, pela natureza, são diferentes da atividade de agricultura. Então  
105 tem um grupo formado por pessoas da Epamig, Faemg, Fetaemg e Emater, e  
106 nós não queremos permanecer na listagem G. As atividades agropecuárias são  
107 diferentes, muito raramente, têm aquele modelo trifásico de LP, LI e LO. O  
108 licenciamento ambiental das atividades agropecuárias foi uma salvação quando  
109 colocaram aquele licenciamento de operação corretivo, porque as propriedades  
110 industriais já existem. Nós já estamos há uns cinco anos tentando entrar dentro  
111 da Secretaria de Meio Ambiente para propor essa matéria. Já fizemos isso  
112 várias vezes, mas os secretários de Meio Ambiente antigos... Foi proposto  
113 documento, foi feito o que era possível. Há três meses nós pedimos, através de  
114 uma moção, para que viessem aqui trazer o que já tinha de material para a  
115 gente sugerir, modificar, acrescentar. Veio a Ana Carolina e fez uma belíssima  
116 apresentação do que já existe. E depois ela pontuou ‘para a frente é que são os  
117 problemas’. Então hoje aqui, no item de pauta nº 7, nós vamos fazer uma breve  
118 contextualização, e nós estamos querendo trazer para dentro da CAP essa  
119 discussão, antes que venha o material. E eu gostaria que o senhor nos  
120 apoiasse, pelo menos para nos ouvir, para os conselheiros nos ouvirem, para  
121 ver se estamos no caminho certo ou não.” Conselheiro Enio Resende de Souza:  
122 “Apenas para referendar que está pautado. Então nós vamos trazer aqui para os  
123 conselheiros uma proposição de um grupo que já vem trabalhando há mais

124 tempo, para apreciação de todos. Mas eu acho que a apresentação no dia 12  
125 em nenhuma forma vai atrapalhar isso, vai ser até enriquecido. Só que nós  
126 vamos ter uma apresentação hoje para dar uma contextualização sobre o que  
127 uma série de instituições pensa a respeito desse assunto.” Presidente João  
128 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Relembrando os nossos tempos antigos, foi  
129 em uma ação nossa, com a participação desse grupo todo, que nós criamos a  
130 LAS. Quando em 97 veio o licenciamento da FEAM para o IEF, nós começamos  
131 a discutir e criamos a LAS. Depois ela virou AAF, e agora volta a ser LAS. Tem  
132 um trabalho feito na Epamig junto com a Seapa, um trabalho até interessante de  
133 ser colocado. Eu vejo com bons olhos trazer essas discussões. Têm meu apoio.  
134 É uma posição da Câmara, para discutir. Parece que a questão do trifásico já  
135 tem até previsão no Decreto 47.137, uma previsão para fazer em fase única. A  
136 atividade agrossilvipastoril, realmente, é diferenciada, não é uma infraestrutura,  
137 não é uma mineração, é uma atividade extremamente pulverizada, de alto risco,  
138 que depende de um fator fundamental, que chama-se chuva, que foge ao  
139 controle de qualquer ser humano. Mas vejo com bons olhos. Hoje nós vamos  
140 ver essa apresentação e fazer um encaminhamento. Como já estamos  
141 discutindo aqui, na CAP é fundamental a discussão de política pública. Nós  
142 estivemos, na semana retrasada, no Peru, participando da Rede Iberoamericana  
143 de Bosques Modelos. Nós saímos de Lima, subimos os Andes na altitude de  
144 4.900 metros, descemos e fomos à selva central, na cidade de Pichanaqui, onde  
145 estivemos nas comunidades indígenas, na selva Amazônica, e subimos ao  
146 bosque modelo de Pui Pui. Eles mostraram a relação dos agricultores, que  
147 geralmente são pequenos agricultores, nas comunidades do alto da serra  
148 Amazônica, na região do Peru. É uma região muito montanhosa, que tem uma  
149 produção de café. Ainda é permitida a supressão da vegetação. O Serviço  
150 Florestal Nacional esteve conosco. É como se fosse um ministério florestal, em  
151 nível nacional. E os produtores e agricultores familiares plantando café em  
152 consórcio com a floresta amazônica. São ações interessantes. A questão do  
153 bosque modelo é uma atividade. Tinha 15 países da América, Canadá,  
154 Espanha. É uma gestão de território, um conceito muito interessante. Faz uma  
155 agricultura sustentável com a gestão de território. Minas tem dois bosques  
156 modelos. Eu fui, inclusive, representando o Serviço Florestal Brasileiro. Quem  
157 começou essa discussão de bosque modelo no Brasil foi o IEF, que fez uma  
158 articulação com o Serviço Florestal, que hoje é o coordenador. Foi uma reunião  
159 muito interessante, e nós vamos trazer uma apresentação, na próxima reunião,  
160 sobre bosque modelo. É um sistema muito interessante, que está se  
161 consolidando cada vez mais e faz essa gestão de território. Então nós  
162 poderíamos pegar, inclusive, nossos instrumentos para verificar o que pode ser  
163 feito. Trabalhar com o pequeno agricultor, com o médio agricultor, dentro de  
164 bases sustentáveis. Nós vemos que temos que evoluir muito e ter uma política  
165 de sustentabilidade da agricultura, da agricultura familiar. Hoje o mundo todo  
166 discute não só mais o comando e controle, o mundo inteiro hoje discute políticas

167 de restauração, de sustentabilidade, de manejo correto. E nós discutimos muito  
168 pouco o manejo de solo. Nós, técnicos, falamos muito pouco do manejo de solo.  
169 Nós estamos buscando alternativas que estão dando certo no mundo para ver o  
170 que podemos trazer para discutir aqui na CAP. Em Minas nós temos o bosque  
171 modelo da Mata Atlântica e o bosque modelo do mosaico Peruaçu e Pandeiros.  
172 Com o pessoal que trabalha com isso, eu falei que agora nós temos que investir  
173 mesmo, tecnicamente, abrir essa discussão de bosque modelo, porque nós  
174 criamos, mas não evoluiu muito. Ser pioneiro não quer dizer que está certo. Ser  
175 pioneiro e deixar as coisas abandonadas? Mudar paradigmas é uma coisa muito  
176 difícil, demorada, mas gratificante no final. Então eu vou trazer aqui para vocês  
177 conhecerem. Foi uma reunião extremamente rica, com os produtores rurais se  
178 manifestando. Eles têm hoje café orgânico, laranja... Nós fomos a uma pequena  
179 propriedade com alta produção de laranja, fomos a uma propriedade com café  
180 sustentável. Tirou parte da floresta Amazônica e plantou o café sombreado. São  
181 coisas interessantes que podemos trazer aqui para conhecimento. Preserva,  
182 inclusive, a cultura, porque dentro do bosque modelo nós fomos à aldeia  
183 indígena, e fomos muito bem tratados pelos indígenas, que nos mostraram a  
184 cultura e apresentaram o que estão fazendo dentro de uma produção  
185 sustentável. Então é muito importante trazer essa discussão.” **4) EXAME DA**  
186 **ATA DA 5ª REUNIÃO.** Baixada em diligência a ata da 5ª reunião da Câmara de  
187 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 25 de maio de 2017, para revisão  
188 solicitada pelo conselheiro Lucas Amaral Melo: – Corrigir as expressões “ação  
189 civil pública” e “desativada por um bom tempo”, nas linhas 158 e 210,  
190 respectivamente; – Incluir íntegra de manifestação do conselheiro Lucas Amaral  
191 Melo no item 6.1. **5) ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DO USO**  
192 **DE AGROTÓXICOS EM MINAS GERAIS. Apresentação: Secretaria de**  
193 **Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).** José Antônio Ribeiro, da Seda,  
194 fez exposição à Câmara sobre a criação de um grupo para elaborar e propor  
195 uma estratégia intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à  
196 agroecologia no Estado de Minas Gerais, destacando que trata-se de um dos  
197 pilares do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, considerando,  
198 inclusive, discussões em nível nacional. Contribuições da Câmara. Após a  
199 exposição, foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros. O  
200 conselheiro Enio Resende de Souza cumprimentou a Seda pela exposição do  
201 tema, que considerou de interesse de toda a sociedade, mas ponderou a  
202 necessidade de discussões técnicas. “A Seapa, junto com outras instituições,  
203 especialmente o IMA e a Embrapa, há alguns anos, realizou várias reuniões  
204 discutindo uma proposta. Nós sabemos que não apenas no aspecto quantitativo  
205 o agrotóxico deve ser observado. O Décio Karam, pesquisador da Embrapa, nos  
206 trouxe muita luz sobre essa questão de escolha de produto similar, de utilizar  
207 um produto tão eficaz no combate a alguma praga, mas que o dano ambiental é  
208 muito menor. Ele trabalhou um sistema de tal forma que o profissional da área  
209 de ciências agrárias pode, em função do relevo, se está próximo a nascente,

210 perto de casa de trabalhador, fazer uma escolha, verificar a meia-vida do  
211 produto, o grau de infiltração do solo, uma série de questões, para escolher o  
212 produto com menor dano ambiental. É um trabalho que precisa ser trazido para  
213 conhecimento. E o ISA, Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas,  
214 também apresenta isso na planilha, qual uso do agrotóxico o produtor faz, e  
215 busca diminuir ou eliminar, se for o caso, com aquele agrotóxico que traz o  
216 menor dano ambiental.” O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa  
217 destacou que é importante fortalecer a agroecologia e a produção de orgânicos  
218 e pontuou a falta de registro de agrotóxicos para o uso de diversas culturas. “Eu  
219 vejo como importante ter a redução do uso de agrotóxicos, mas acho também  
220 importante os técnicos utilizarem produtos que estejam registrados para aquelas  
221 culturas. As pessoas têm utilizado indiscriminadamente, e têm sido feitos  
222 receituários de forma a burlar a legislação.” O conselheiro propôs que essa  
223 discussão seja levada aos grupos e que provoquem o Ministério da Agricultura  
224 para resolver a questão dos registros da produção. O conselheiro Leonardo  
225 Fittipaldi Torga parabenizou a Seda pela iniciativa e recomendou o envolvimento  
226 da área de educação. “Não tem como discutir um tema importante como esse  
227 sem o envolvimento da Secretaria de Educação e da área de educação  
228 ambiental da SEMAD e outras.” O conselheiro propôs a adoção formal de um  
229 plano de educação. O conselheiro Otávio Gabriel Diniz destacou a importância  
230 do tema, comentou que, no Crea, a Sociedade Mineira de Engenheiros  
231 Agrônomos promoveu seminário nacional sobre receituário agrônomo e  
232 responsabilidade técnica, e defendeu maior envolvimento dos conselhos. “Não  
233 só quanto ao uso de agrotóxico, mas quanto a adubação, tem o excesso que  
234 gera custo e impacto ambiental desnecessário. Mas isso é o estado da arte.  
235 Esse conhecimento existe, tem essa metodologia. O que nós notamos é que a  
236 sociedade e nós profissionais não sabemos do papel dos conselhos, que estão  
237 sendo subutilizados. E na questão de agrotóxicos está havendo judicialização,  
238 incluindo às vezes outros técnicos que não têm formação para receituário  
239 agrônomo, mas garantido pela Justiça. A responsabilidade civil, a aplicação da  
240 lei, isso é necessário. Então eu acho importante incluir nessas discussões o  
241 papel dos conselhos no sentido de todo cidadão ter o direito e a obrigação de,  
242 ao verificar um problema de aplicação, comunicar ao Crea e denunciar. Não  
243 costuma haver processo de responsabilização civil dos responsáveis. Quando  
244 isso acontecer, a coisa vai melhorar. O próprio produtor ou trabalhador rural,  
245 que se prejudica com a má aplicação do agrotóxico, acha que é culpa dele  
246 mesmo e não reclama. E os conselhos têm papel relevante nisso.” O  
247 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira elogiou a apresentação e registrou as  
248 seguintes considerações. “O Sistema Faemg já está profundamente envolvido  
249 nessa matéria, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Tem  
250 diversos cursos, parcerias com universidade e um trabalho muito robusto nessa  
251 matéria. Eu fico curioso com algumas coisas. Primeiro, como acontece esse  
252 consumo excessivo de agrotóxicos, que eu prefiro chamar de defensivo

253 agrícola. Temos que lembrar que foi o defensivo agrícola ou agrotóxico que  
254 possibilitou a produção de alimentos na escala em que vemos hoje. Isso tem  
255 que ser considerado no momento de discutir essa matéria.” A conselheira  
256 Polyana Faria Pereira também parabenizou pela apresentação e destacou a  
257 dificuldade de implementação de políticas públicas no Brasil. “Eu gostaria de  
258 relatar um caso ocorrido no Ibama. Por uma dificuldade decorrente de uma lei  
259 de 2015 que obriga todos os órgãos públicos, ao comprarem alimentos,  
260 comprarem alimentos de agricultura familiar. Isso incentiva a aquisição de  
261 alimentos de agricultura familiar que está ligado até a agroecologia, mas a  
262 efetivação dessa compra é muito difícil em termos de administração pública, que  
263 tem toda uma burocracia. Esbarramos nos sistemas utilizados pelo governo  
264 federal, que não preveem esse tipo de compra. É um trabalho muito difícil, e eu  
265 admiro a coragem de quem está à frente desse trabalho de prezar pela  
266 agricultura familiar, agroecologia e cultura orgânica.” O conselheiro Geraldo  
267 Vitor de Abreu comentou os debates ocorridos quando da elaboração do Plano  
268 Nacional de Agroecologia. “Nós também tínhamos preocupação de permitir que  
269 a produção agrícola brasileira conseguisse enxergar o mercado e suas  
270 movimentações. Esse é outro lado importante para mudança de formas de  
271 produção. Como o mercado reage. E o mercado, principalmente ao norte do  
272 planeta, vem demandando produtos com menos uso de agrotóxico, e no Brasil  
273 também há uma crescente demanda. Então é preciso também que o setor do  
274 agronegócio perceba essa necessidade. É importante que Minas Gerais, com a  
275 sua parcela importante na produção agrícola nacional, também inaugure essa  
276 discussão de forma mais institucional, e eu espero que possamos cumprir esses  
277 prazos e, ainda neste ano, oferecermos um plano estadual para redução do uso  
278 de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais. É preciso reverter esse quadro, e  
279 essa é uma tarefa de toda a sociedade.” O conselheiro Marcos Eugênio  
280 Sampaio Rodrigues frisou a importância da rastreabilidade dos produtos. “Uma  
281 observação para não deixarmos de considerar a questão da rastreabilidade, o  
282 que deve culminar com esse trabalho. Rastreabilidade tanto dos produtos e, de  
283 certa forma, do controle na venda. Nós temos que ter um mecanismo de  
284 controle da venda, porque a venda é descontrolada, e o produtor usa sem  
285 conhecimento, ele é induzido a isso.” **6) ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE**  
286 **ESTRADAS VICINAIS. Apresentação: Empresa de Assistência Técnica e**  
287 **Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater).** Em atendimento a  
288 solicitação da Câmara, Enio Resende de Souza, da Emater, fez exposição sobre  
289 adequação ambiental de estradas vicinais destacando que a instituição vem  
290 trabalhando com esse tema há 20 anos, mas atualmente está tentando  
291 constituir, de maneira mais formal, um programa para atuação. “Uma das ações  
292 da Diretoria de Infraestrutura da Emater é trabalhar com adequação ambiental  
293 de estradas vicinais”, destacou. O conselheiro Lucas Amaral Melo agradeceu  
294 pela exposição e registrou as seguintes considerações. “A questão de estradas  
295 rurais é um dos principais agentes causadores de impactos hoje no meio rural, e

296 eu acho que esta Câmara tem que abraçar isso também. Principalmente, nessa  
297 ideia de grupo de trabalho, pensarmos de que forma poderia encaixar. Porque,  
298 infelizmente, por serem as prefeituras responsáveis pela construção e  
299 manutenção de estradas, muitas vezes isso não passa aqui. Passam aqui todos  
300 os processos de licenciamento de propriedades rurais, mas a estrada não entra.  
301 E nós sabemos que é um dos maiores causadores de impacto. Há uma técnica,  
302 uma ciência de construção de estradas, que geralmente têm que ser no ponto  
303 mais alto da área, porque têm que ser dissipadoras de água. E com o tempo,  
304 pela falta de experiência, pelo tempo da máquina que se utiliza, acabam sendo  
305 acumuladoras. E esse acumulador que é o causador de impacto.” O conselheiro  
306 se colocou à disposição da Câmara para participar de discussões sobre o tema.  
307 O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa afirmou que o tema também é  
308 uma preocupação do Ministério da Agricultura. “São recursos muito grandes,  
309 centenas de milhões envolvidos nessa questão de estradas vicinais que os  
310 deputados federais colocam no orçamento impositivo de transferência de  
311 recursos pela União. O que notamos é que há uma exigência de declaração do  
312 Codema para o Ministério fazer a liberação do recurso. Eu vejo que talvez seja  
313 um ponto importante capacitar o pessoal do Codema. Talvez seja um ponto para  
314 auxiliar, no futuro, ter uma articulação com os Codemas e fazer essa  
315 capacitação, porque são eles que estão lá fazendo essas obras. Então um  
316 recurso muito grande, um problema muito sério e uma estrutura muito precária.  
317 Então eu coloco como sugestão a capacitação do pessoal do Codema e dos  
318 próprios tratoristas que trabalham com essas máquinas que são doadas pelo  
319 governo.” Conselheiro Otávio Gabriel Diniz: “Eu gostaria de chamar atenção  
320 sobre a legislação do assunto, uma coisa que passa despercebida pela  
321 sociedade e que é atribuição do Crea, que agora está dando os primeiros  
322 passos na fiscalização do agronegócio. Por exemplo, não deveria ter um  
323 operador de máquina nenhuma pilotando a máquina sem orientação do  
324 responsável técnico. Essa é uma questão legal. Nós estamos até elaborando  
325 um programa, com apoio da Emater, para fiscalização do agronegócio, com a  
326 preocupação com as pastagens degradadas, que contribuem para jogar essa  
327 água na estrada também. Pode ser feita a estrada com toda a técnica, mas, se  
328 as pastagens adjacentes não estiverem adequadamente planejadas, vão  
329 estourar essa estrutura. A estrada sozinha não daria conta de conter essa água.  
330 Nesse programa, levantado pela Sociedade Mineira de Engenheiros  
331 Agrônomos, dentro do Crea, nós vamos promover, principalmente, o  
332 treinamento de responsáveis técnicos para recuperação e manutenção de  
333 pastagens nesse sentido. Nós sabemos que as prefeituras todo ano colocam  
334 aqueles cascalhos, que todo ano vão para os cursos de água. Isso é custo, e  
335 quem paga é a população. É preciso também de o cidadão acionar, dar essa  
336 entrada no Crea, mediante qualquer problema que esteja ocorrendo de impacto  
337 ambiental. Precisamos trabalhar integrados, e vemos um papel forte a ser  
338 evoluído no sistema Crea de enquadrar empresas ou prefeituras para que

339 tenham seus responsáveis técnicos e não deixem esses operadores  
340 trabalharem sozinhos.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “A Emater está  
341 recebendo agora as máquinas da antiga Ruralminas, mas nós temos  
342 consciência de que não cabe a um órgão de governo – DEER, por exemplo, ou  
343 Emater – cumprir essa função de patrulha mecanizada. Como disse o Fernando,  
344 as prefeituras hoje estão bem equipadas, toda prefeitura hoje tem máquina  
345 novas, inclusive do programa PAC, de aceleração do crescimento. O problema  
346 está, de fato, nessa questão da responsabilidade técnica e no treinamento e  
347 capacitação de operadores. Então eu entendo que nós temos que unir forças.  
348 Por exemplo, a Ufla, que tem belíssimos cursos de curta duração, a própria  
349 Emater, o Crea. Unirmos forças para criar um esquema de capacitação para  
350 Codema, operador, responsável técnico. Eu entendo que a solução mais  
351 urgente para melhorarmos, por exemplo, a vazão do rio das Velhas é trabalhar  
352 junto com as prefeituras na questão da manutenção e conservação de estradas.  
353 Seria uma resposta mais rápida, pois são milhões ou bilhões de litros de água  
354 que se perdem normalmente.” **7) LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
355 SIMPLIFICADO DAS ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS. Apresentação:  
356 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas  
357 Gerais (Emater) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
358 (Epamig).** José Mário Lobo Ferreira, da Emater, apresentou à Câmara proposta  
359 de modernização do licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris,  
360 adoção de boas práticas de conservação e ampliação dos debates sobre o  
361 setor. “Trabalhamos uma proposição que será apresentada à Câmara. Estamos  
362 apresentando o encaminhamento aos conselheiros da CAP no sentido de que,  
363 caso se sensibilize com essa proposta, incorpore essa proposta. A proposta é  
364 trazer para a CAP a discussão do Licenciamento Ambiental Simplificado para as  
365 atividades agrossilvipastoris, com atuação mais proativa do setor em relação a  
366 adoção de boas práticas de conservação e ampliar a discussão, não ficando só  
367 limitado ao mecanismo de comando e controle. Fortalecer essa agenda a partir  
368 de instrumentos e elaboração de planos, programas e políticas de indução à  
369 adoção de boas práticas, com manejo racional do solo, e da agrobiodiversidade.  
370 Ao mesmo tempo, com a participação dos membros da Câmara, propor uma  
371 adequação e modernização dos instrumentos de regularização ambiental das  
372 atividades desse setor, incluindo modelos de licenciamento. O Cadastro  
373 Ambiental Rural (CAR) representa um instrumento eficaz e constitui um  
374 inventário das atividades, e com isso permite implantar o efetivo monitoramento  
375 das mesmas, para buscar um novo e eficaz processo de regularização  
376 ambiental. Além do CAR, já temos algumas ferramentas institucionalizadas no  
377 Estado de Minas Gerais que podem auxiliar nesse processo, que são o ISA  
378 Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas, e o ZAP, Zoneamento  
379 Ambiental e Produtivo”, destacou o representante da Emater. O conselheiro  
380 Enio Resende de Souza propôs a criação de um grupo de trabalho no âmbito da  
381 CAP para desenvolver e apresentar uma proposta a ser levada à SEMAD com o

382 objetivo de modernizar o sistema regularização ambiental. O conselheiro Igor  
383 Lopes Braga manifestou apoio à criação do GT para construção conjunta e citou  
384 a importância da Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de  
385 planejamento. Citou a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa  
386 para debater a situação dos produtores de eucalipto em Minas Gerais, frisando  
387 que foi discutida, inclusive, a burocracia ambiental. “Um dos pleitos é adequar o  
388 processo de licenciamento à realidade dos empreendimentos agloflorestais.” O  
389 conselheiro sugeriu ainda que seja incluído na discussão a implantação da DCC  
390 Eletrônica visando disponibilizar, de forma on-line, os dados da produção. “Outra  
391 questão é que o Siam estava fora do ar e tem ficado instável. É uma questão de  
392 que os produtores vêm reclamando.” O conselheiro Guilherme da Silva Oliveira  
393 considerou que o modelo atual de licenciamento não é adequado para a  
394 agricultura. “O que nós estamos buscando é criar um modelo associado à  
395 gestão não só da área, de reserva legal, de área de preservação permanente,  
396 mas do próprio uso do solo. E o licenciamento às vezes não vê isso. Essa  
397 adequação vai trazer junto a parte de assistência, de extensão. Talvez seja o  
398 momento de mudar até dentro do IEF, pois o técnico é extensionista ambiental.  
399 Talvez estamos criando um modelo que vai ser seguido pelo país inteiro, um  
400 modelo de sustentabilidade da propriedade rural e não só da parte ambiental. O  
401 que nós estamos querendo fazer aqui é trazer novo paradigma para o  
402 licenciamento ambiental e as atividades rurais, mostrar que a atividade rural é  
403 completamente diferente das outras atividades. Ela tem um andamento próprio e  
404 precisa ser adequada, e nós entendemos que esse modelo que está aí não está  
405 fazendo o seu papel de proteger o meio ambiente e proteger também o produtor  
406 rural. Nós precisamos integrar e fazer uma coisa sustentável.” Conselheiro  
407 Geraldo Vitor de Abreu: “Não podemos transformar isso em retórica. O setor  
408 acha que precisa ficar livre e constrói uma narrativa que o liberte das correntes  
409 do licenciamento. Na minha opinião, o licenciamento é um dos instrumentos de  
410 gestão. O problema é que não avançamos na gestão, e sempre o olhar é na  
411 narrativa daquele que quer ficar livre das correntes. Então eu acho que o Estado  
412 tem o papel fundamental de apontar a gestão ambiental em Minas Gerais. Nós  
413 estamos vivendo situação crítica em relação a recursos hídricos no Estado. Isso  
414 é diretamente relacionado às atividades de uso do solo, e não entramos na  
415 profundidade dos problemas. Se não tratamos isso, será ruim para todo mundo.  
416 Mas eu acho que não é por acaso que a situação ficou como está, isso interessa  
417 a muita gente, inclusive para disputar o mercado dentro do Estado. Eu já falei  
418 isso várias vezes dentro das entidades representativas dos setores, sempre  
419 tratei que precisávamos desamarrar as atividades no Estado, mas precisamos  
420 tratar da gestão dos nossos recursos florestais, dos nossos recursos hídricos e  
421 do nosso ativo ambiental no Estado, de uma forma global, compreendendo que  
422 o licenciamento é um dos instrumentos de gestão, mas que nós temos vários  
423 outros, como o CAR, que poderia ser a maior ferramenta de gestão no Brasil e o  
424 maior programa de reflorestamento do planeta, se conseguíssemos aplicar.

425 Agora temos que dar consequência ao CAR. Os setores envolvidos precisam  
426 entender que a retórica tem que ter o lado prático também da gestão, e isso é  
427 um problema que todos nós enfrentamos.” O conselheiro Fernando Antônio de  
428 Souza Costa propôs que na revisão seja feita diferenciação em relação aos  
429 produtores que já trabalham com práticas sustentáveis e que são proativos. O  
430 conselheiro Guilherme da Silva Oliveira destacou que o interesse do setor “é  
431 exatamente aplicar um sistema de gestão”. “Nós queremos trazer um sistema de  
432 acompanhamento contínuo, colocar o CAR e, se possível, o ZAP, o ISA,  
433 instrumentos que acompanham essa gestão verdadeiramente. Não estamos  
434 querendo sair, mas entrar no sistema de gestão.” Conselheiro Enio Resende de  
435 Souza: “A nossa proposição não é de sair do licenciamento, pelo contrário, é  
436 continuar no licenciamento, mas por meio de um novo modelo, que incorpore o  
437 CAR etc.” **Criação de grupo de trabalho**. Conforme proposta da Emater, a  
438 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris deliberou por unanimidade a criação de  
439 grupo de trabalho para tratar da regularização das atividades agrossilvipastoris,  
440 com a participação das seguintes instituições: Emater, Seda, Faemg, Epamig,  
441 AMS, Seapa, Fetaemg, Ufla, Ibama, Crea, Mover e IEF. Conforme informado, as  
442 entidades deverão indicar, posteriormente, seus representantes para participar  
443 das discussões do GT. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
444 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO /**  
445 **AMPLIAÇÃO. 8.1) Cláudio Penedo Scarpa e outros. Avicultura de postura.**  
446 **Itanhadu/MG. PA 00316/2005/004/2016. Classe 5. Apresentação: Supram**  
447 **Sul de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer  
448 Único, com retificação da data de realização de vistoria constante nos autos: –  
449 onde está escrito 5/10/2017, lê-se 5/5/2017. **9) ENCERRAMENTO.** Não  
450 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente João Paulo Mello  
451 Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
452 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

457 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**  
458 **Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**